

Discurso de Reforma do Estado, articulação e antagonismo: Governo Britto (1995-1998)

César Luciano Filomena¹

Introdução

Dentre as perspectivas analíticas para explicar fenômenos sociais hodiernos encontram-se as teorias sobre os discursos. A abordagem teórica de Ernesto Laclau é uma delas, na qual dois conceitos são fundamentais: articulação e antagonismo. A partir de ambos é possível encontrar nos discursos temáticos de cada época os pontos que autorizam a construção de sentidos para eles e a lógica de disseminação destes no campo da discursividade. Numa perspectiva de luta pela hegemonia, interpretá-los ajuda, por consequência, na identificação para os agentes políticos de pontos de identidade (de articulação) e de negação destas (de antagonismo). A questão é como fazer metodologicamente esse exercício interpretativo?

Nesse trabalho, o exercício é o de propor e de elaborar uma metodologia incipiente para auxiliar na análise de discurso atendendo a epistemologia de Laclau. Tem como objeto as práticas articulatórias relativas ao discurso administrativo-econômico fundante das políticas de reformas que tiveram curso no governo de Antônio Britto (PMDB) no Rio Grande do Sul (1995-1998), especialmente aquelas cujos sentidos foram assentados em concepções – pontos nodais – de desestatização e de privatização de bens públicos: estas combatidas pelos agentes de oposição, principalmente pelos do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir da fala de dois agentes políticos protagonistas desse período – Cezar Augusto Busatto (Secretário da Fazenda) e Flávio Koutzii (Deputado Estadual de oposição do PT) – são destacados os pontos de articulação de posições e de negação delas.

Na primeira seção são precisados os conceitos que ajudam na elaboração da metodologia. Na segunda, é feita uma breve descrição dos passos adotados para elaboração dessa incipiente metodologia. Na terceira, com uma descrição do contexto, são levantados os pontos de construção de sentido e de negação do discurso. Na terceira, apresentam-se as contraposições com base na fala dos dois agentes. Por fim, uma reflexão final e a conclusão.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em 2015. Mestre em Ciências Sociais pela PUCRS em 2006. Auditor do TCE-RS. Professor do Centro Universitário Metodista do IPA.

Ajustado os conceitos: articulação e antagonismo

Na perspectiva de Laclau e Mouffe (2004), o conceito de discurso resulta da ideia de formação de uma totalidade estruturada em pontos de identidade (momentos) resultantes de práticas articulatórias. Parte de uma compreensão de que há na sua estruturação pontos de identificação entre posições discursivas que lhe dão sentido, construídos desde a articulação dessas posições. Logo, o discurso resulta de um esforço, de um exercício, de uma prática: a de articulação de demandas, de posições, que, como identidades, dão sentido aos agentes e a sua ação, conforme Filomena (2006).

A articulação é, portanto, uma prática que institui relações entre elementos isolados ou demandas, que ao se articularem passam a conformar identidades modificadas entre eles ou significados. A esses significados, posições diferenciais ou, simplificada, identidades estruturantes de um discurso, resultantes estas da articulação prévia entre demandas, é o que se denomina como momentos (LACLAU, 2006). Porém, a prática articulatória requer sempre a possibilidade de que nem todas as demandas estejam associadas a um discurso, que nem todas se tornem significados deste. Essas demandas ou diferenças que não se articulam a uma formação discursiva permanecem flutuando num campo de discursividade que impossibilita que um discurso torne-se absoluto (LACLAU; MOUFFE, 2004). Deste ponto, convém precisar o sentido emprestado para esse discurso parcialmente articulado e não totalizante.

Como expresso anteriormente, a condição para que exista articulação discursiva é a de que os discursos nunca sejam de fato uma totalidade. Isso se deve ao fato de que relações constituídas sob uma totalidade discursiva não seriam de relações articulatórias, mas de necessidade. Por outro lado, mesmo não existindo, principalmente em sociedades hodiernas e plurais como uma totalidade estruturada, sem que houvesse pontos articulados que lhe emprestassem sentido, não existiria como discurso.

Laclau e Mouffe reconhecem que não existem de fato condições para um discurso se tornar uma totalidade. Há sempre identidades ou diferenças (elementos) que permanecem “soltas” no campo discursivo, e que podem vir a se articular a outros discursos. Pinto (1999) aprofunda esse entendimento de impossibilidade de uma totalidade discursiva, referindo que não há uma clara fronteira que faça a distinção entre elementos e momentos. Segundo ela, há sempre elementos não

articulados, e cada “momento” nunca é completamente um “momento”. Traz na sua contribuição uma interpretação de que mesmo como momentos diferenciais, estes podem conformar-se como outros elementos (demandas) potencialmente articuláveis a outros discursos.

Para ter sentido, como foi afirmado anteriormente, é indispensável que num discurso exista certo fechamento, regularidade, em torno dos momentos, denominados de pontos nodais. Ainda, que esse discurso fechado em pontos nodais seja também limitado pelo que lhe é externo: o campo da discursividade.

O campo da discursividade é o “outro espaço” onde elementos podem se articular conformando novos discursos (parcialmente fechados em pontos nodais). Este tem como característica a heterogeneidade. Essa afirmação sobre o campo da discursividade é reforçada por Mouffe (2003), quando a autora diz que nas sociedades ocidentais contemporâneas proliferam identidades que se articulam parcialmente e impossibilitam (ou dificultam enormemente) a constituição de discursos totalizantes e, portanto, hegemônicos.

Estados como o Rio Grande do Sul, no qual esse trabalho teve curso, são espaços sociopolíticos crivados identidades sociais. Neles há a proliferação de “novos antagonismos” relacionados às demandas indenitárias representadas pela ascensão dos novos movimentos sociais num contexto de vitalidade da sociedade civil e dos Estados democráticos contemporâneos. Aqui, o termo antagonismo faz referência às demandas da luta dos negros, dos índios, das mulheres, pela moradia: reflete, portanto, o contexto de heterogeneidade das sociedades contemporâneas. Não é, assim, o antagonismo como absoluta exclusão de outra posição. A essa proliferação de antagonismos Mendonça (2003), inspirado em Mouffe, sugere transportá-las para a categoria do agonismo no sentido de competição entre posições que não são excludentes entre si.

No sentido preponderante para esta pesquisa, antagonismo tem outra conotação: não é agonismo. Fundamenta-se na negação de um discurso, também das suas identidades modificadas e do seu sentido. Repercute na divisão do espaço político em dois polos opostos, como representação do que Laclau e Mouffe (2004) denominam como luta popular.

Essa condição resulta do que Laclau denomina como “a categoria central para uma teorização política”: a hegemonia (2005, p. 97). A ela somam-se bipolarização política, articulação e antagonismo que expressam as condições para

a existência da referida luta popular. Nela, as identidades articuladas no âmbito do discurso (significados) formam duas *cadeias de equivalência*², cujos sentidos de uma e de outra constituem campos antagônicos que polarizam as opiniões políticas. Assim, para que exista hegemonia é necessário que existam, também, cadeias de equivalência (antagonismo) e a criação das condições para que um dos polos venha, de modo precário, contingente e contextual, portanto temporário, consolidar fronteiras discursivas e maiorias sociais. Diz Laclau:

Uma classe ou grupo é considerado como hegemônico quando não se encerra em uma estreita perspectiva corporativista, mas sim quando se apresenta a amplos setores da população como o agente realizador de objetivos mais amplos tais como a emancipação e a restauração da ordem social. (LACLAU, 1996, p.82).

Para quem está fora desse bloco político hegemônico, a única expectativa de sobrevivência para um agente político resulta na tentativa de desconstituí-lo, de imputar danos a ele e aos seus discursos. Essa é uma das condições que Filomena (2015) estudou para que o fenômeno que denominou de antagonismo posicional³ tivesse ocorrido durante o Governo de Antônio Britto no Rio Grande do Sul. O contexto desse antagonismo é relatado na terceira seção. A proposta metodológica para análise é apresentada a seguir.

Sugerindo uma metodologia

A análise do discurso seguindo a epistemologia de Laclau não é um exercício afeito a simplificações. É preciso encontrar identidades originais que se articulam, se fecham em pontos nodais e dotam um discurso de sentido para sua

² Segundo Laclau e Mouffe (2004) o sentido dado para *cadeias de equivalência*, nesse caso, indica que as diferenças relacionais existentes nelas têm origem num outro discurso conformado entre identidades totalmente externas às cadeias, não relacionáveis a elas. Ou seja, as identidades articuladas nas cadeias de equivalência relacionam-se entre si devido ao antagonismo que têm em relação a outro discurso e a outras identidades. No caso desta pesquisa, as cadeias de equivalências são àquelas que articulam identidades antagônicas que estruturam o discurso que sustentou as políticas de reforma de Britto e, por consequência a oposição do PT.

³ Quando “os conflitos se disseminam como antagonismo entre agentes nos espaços de relações, no sistema partidário e outros afeitos à política, que podem abranger toda uma unidade subnacional, como é um Estado federal. Politicamente, passa a importar mais medir os ganhos dos agentes pelas avaliações precárias de perdas imputadas às coalizões posicionadas no polo oposto, do que pelos resultados públicos, ou mesmo seletivos, que as políticas [...] podem gerar. No tocante às consequências observáveis, a esse fenômeno sociopolítico de disseminação de conflitos e de bipolarização provocado por políticas públicas [...] dá-se [...] a denominação de antagonismo posicional”. (FILOMENA, 2010).

compreensão, seguindo um protocolo qualitativo de pesquisa. Também, identificar identidades ou demandas, cuja existência desse discurso implica em desconstituí-las, e, portanto, articula cadeias de equivalência.

Por integrar um momento histórico, a análise de um discurso requer entender o contexto no qual teve curso, os eventos que lhe deram ânimo e aqueles que fomentaram as cadeias de equivalência. Desse modo, num primeiro passo, a investigação deve partir do entendimento da agenda sociopolítica que o cercou.

Nesse trabalho, inspirado nos dados de Filomena (2015), o modo como foi publicado na agenda pública à época resultou de uma pesquisa nas veiculações no período (1995-1998) sobre políticas públicas de reforma do Estado, em especial de desestatização (privatização) e de incentivos a empreendimentos industriais.

O veículo utilizado para essa parte da pesquisa foram matérias, apêditos e editoriais com referência a essas políticas e respectivos programas no jornal Correio do Povo de Porto Alegre. As veiculações publicadas foram categorizadas como de conteúdo positivo, se continham elogios às políticas, de conteúdos críticos e/ou conflituos, se trouxessem manifestações de oposição e/ou confronto, e, se meramente informativas, isentas.

A partir dessa categorização das veiculações, foi possível empreender questões a serem consideradas num roteiro de entrevista. Foram abordadas através de entrevistas abertas com os agentes políticos que decidiram sobre os rumos das mesmas. No caso, dois protagonistas desse período. O primeiro, Cezar Augusto Busatto (Secretário da Fazenda e deputado do PMDB entre 1994 e 1998), articulador do discurso de Britto; o segundo, Flávio Koutzii (deputado do PT), liderança da oposição e principal porta-voz das críticas à agenda de políticas de Britto, principalmente de concessão de incentivos públicos para grandes empresas privadas.

Nesse trabalho, a proposta de metodologia é incipiente e exploratória para a epistemologia de Laclau. Porém, traz a expectativa de encontrar os pontos nodais do discurso de Britto, afirmados por uma fonte direta de quem o defendeu. Por consequência, autoriza encontrar as identidades que articularam posições antagônicas a esse discurso, e, lógico, formaram uma cadeia de equivalência a ele.

Na seção subsequente, faz-se uma breve descrição do contexto no qual o discurso do governo de Britto teve curso e como as políticas que empreendeu foram veiculadas quanto ao conteúdo que traziam.

Contexto do conflito: antagonismo posicional

No ano de 1994 o contexto político-econômico do Estado do Rio Grande do Sul indicava aos postulantes à sucessão do governo de Alceu de Deus Collares do PDT (1990-1994) a necessidade de enfrentar a crise existente nas finanças públicas. Com a edição do Plano Real (1993) e sem poder contar com o expediente da “rolagem” da dívida, típico de períodos inflacionários, cabia aos postulantes ao Governo desafiar o problema da ausência de recursos e de capacitar o Estado para de investir.

Com uma eleição em dois turnos, Antônio Britto Filho (PMDB) venceu a disputa com estreita margem de 4,42% dos votos válidos em relação a Olívio de Oliveira Dutra (PT): 2.679.701 a 2.453.174 votos válidos. Já no governo, seguindo a *mainstream* da administração pública à época, Britto procurou agir rapidamente no sentido de recuperar a capacidade de investimento estatal seguindo uma estratégia com duas ações combinadas e sucessivas: primeiro, reformar o Estado; segundo, incentivar a economia privada.

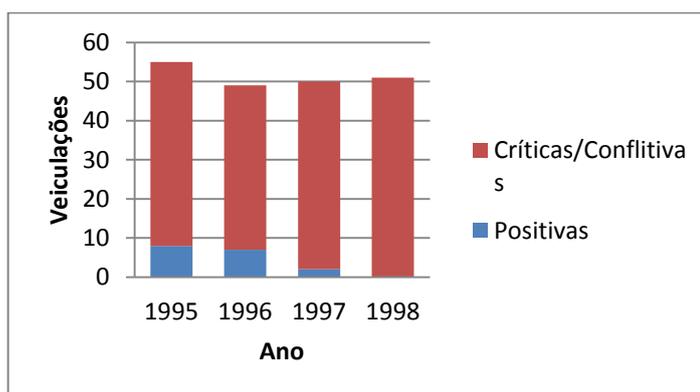
Sem vacilar, segundo Filomena (2015), desde os primeiros dias do seu governo tentou criar as condições de governabilidade para implantar a reforma estatal. Com a constituição de maiorias no Legislativo local, deu curso a um discurso e a uma agenda de políticas (1) de redução do comprometimento dos recursos públicos com a folha do funcionalismo, (2) de desestatização via privatização de áreas de interesse econômico e (3) de concessão de serviços públicos para iniciativa privada. Essas políticas combinavam-se ao longo do seu governo à necessidade de redução do comprometimento das receitas estatais via renegociação da dívida mobiliária. Com o aumento dos recursos disponíveis, Britto completava sua estratégia abrindo espaço para uma agenda positiva de incentivos à atividade industrial de grande escala, com as quais acreditava na possibilidade de mudança da matriz produtiva regional, à época dependente da atividade primária (agropecuária).

A agenda de políticas públicas iniciou pela reforma administrativa e, por consequência, pela expectativa de redução do comprometimento dos recursos do Estado. Britto, enfrentando reações de corporação de servidores públicos e de setores oposicionista (principalmente do PT) instituiu com celeridade programas como o de Incentivo ao Afastamento Voluntário do Serviço Público e à Reconversão Funcional de Servidores Públicos Estaduais (PDV), de Reforma do Estado (PRE) –

que incluiu a privatização de empresas estatais, no de Concessões Rodoviárias (PECR) e, já no último ano de governo, de renegociação da dívida mobiliária com a União. O programa com maior potencial de conflito, e de maior alcance, foi o PRE.

No PRE, a venda parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e de parte das suas concessões de regiões de distribuição e da integralidade da Companhia Estadual de Telecomunicações (CRT) foram as que geraram maiores tensões, bipolarização de posições e pontos de antagonismo entre os agentes políticos. Filomena (2015) aponta para uma tendência majoritária de veiculações sobre conflitos ou críticas dentre as 205 selecionadas sobre os processos de privatização, principalmente da CEEE e da CRT, no periódico diário Correio do Povo de Porto Alegre-RS entre os anos de 1995 e 1998. É o que mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1: Veiculações sobre privatizações no Correio do Povo (1995-1998)



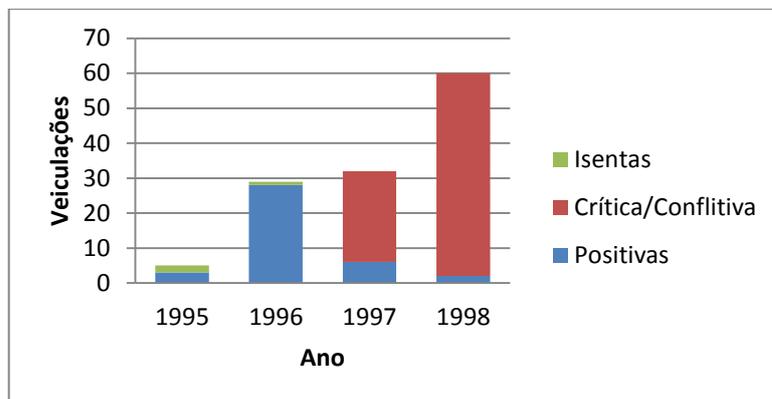
Fonte: Adaptado de Filomena (2015).

Como visto anteriormente, foram mínimas as veiculações positivas sobre privatizações. Entre matérias, apedidos e editoriais destacam-se as posições defendidas ou enfrentadas sobre essas políticas, respectivamente, por Cezar Busatto (secretário da fazenda estadual e deputado estadual do PMDB) e por Flávio Koutzii (deputado estadual do PT).

O paradoxo, no entanto, foi o de que os conflitos não se concentraram somente em políticas impopulares como as de privatização. Naquelas em que o discurso do governo de Britto tinha assento no crescimento econômico também produziram na agenda pública conflitos e críticas mais contundentes do que apoios sem contestações. Das 126 veiculações escolhidas sobre o tema, 2/3

demonstravam o antagonismo de posições políticas, como mostra o Gráfico 2 para os anos de 1995 a 1998.

GRÁFICO 2: Veiculações sobre incentivos públicos a grandes empreendimentos automotivos, GM e Ford, no Correio do Povo (1995-1998)



Fonte: Adaptado de Filomena (2015).

No caso das concessões de recursos públicos e de incentivos fiscais para empreendimentos automotivos da GM⁴ e da Ford⁵ que ocorreram nos anos de 1996 a 1998, o protagonismo da oposição foi de Koutzii. Associada a seu trabalho, uma agenda de veiculações quase na totalidade positiva, passou a ter contornos de conflito entre os agentes políticos e deu força à oposição feita pelo PT. Cabe referência às notícias de abril de 1997 sobre o recebimento de recursos antecipados pela GM no montante de R\$ 253,29 milhões, oriundos do Fundo de Reforma do Estado, capitalizado por pela receita de venda de estatais (especificamente, no caso, da CRT). Este foi o momento no qual a hegemonia do discurso capitaneado por Britto até então fosse combatido. O sentido lógico que envolvia a desestatização através da venda de propriedades públicas e de cedê-las à iniciativa privada para desenvolver a economia passou a arregimentar posições contrárias. Na linguagem de Laclau, esses momentos articularam cadeias de equivalência entre aqueles cujas demandas foram marginalizadas pelo discurso governista.

Nas eleições de 1998, diferente do que ocorrera em 1994⁶, Britto e Dutra obtiveram votações muito próximas já no primeiro turno. Britto fez 2.319.302 votos –

⁴ GM – General Motors – o Fundo de Fomento Automotivo (FOMENTAR-RS).

⁵ Ford - Fundo de Desenvolvimento para Complexos Industriais (FDI-RS).

⁶ No primeiro turno de 1994, Britto (PMDB) obteve 2.211.270 votos, ou 49,2% dos válidos. Dutra (PT) havia obtido 1.560.992 votos, ou 34,73% dos válidos. Como visto anteriormente, essa diferença no segundo turno reduziu para 4,42%.

46,4% dos válidos; Dutra (PT), 2.295.503 votos – 45,92%. No segundo, Dutra suplantou Britto por 87.366 votos (1,56% dos válidos), com, respectivamente, 2.844.767 a 2.757.401 votos. Segundo Filomena (2015), essa mudança foi mais sentida nos locais onde a economia primária era mais forte, para a qual não houve políticas públicas específicas do governo de Britto, onde as políticas industriais não tiveram alcance.

Na seção seguinte, dois protagonistas políticos à época – Busatto e Koutzii – manifestam-se sobre o discurso do governo de Britto para o Estado, seus pontos nodais, e a articulação de equivalências para combatê-lo.

Os agentes políticos falam do discurso: Busatto *versus* Koutzii

As entrevistas com Busatto e Koutzii fizeram parte da pesquisa de doutorado de Filomena (2015). Foram feitas seguindo um protocolo no qual um roteiro de questões foram sendo lançadas quase em tom de conversa entre entrevistado e entrevistador. Ambas requereram mais de uma audiência com cada interlocutor sendo que as questões sobre as políticas foram parte de um exercício maior, que incluía relato sobre trajetória pessoal e política, debate sobre pontos de vistas conjunturais e, claro, liberdade de relato sobre fatos passados, em especial àqueles vinculados ao período.

Para obtenção da entrevista com Busatto, no final do mês de março de 2014, aproveitando prévio contato de um amigo em comum, foi encaminhada uma solicitação de entrevista, via correio eletrônico. Na mensagem enviada havia uma breve apresentação do pesquisador e das razões que motivavam o contato. De pronto Busatto aceitou o convite. A dificuldade foi a de ajustar as exigências de tempo requeridas para entrevista-lo à sua agenda de trabalho. No dia 27 de maio à tarde foi feita uma primeira parte da entrevista no gabinete que ocupava na Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, onde à época era o secretário. Diante da restrição de tempo, a entrevista que durou 52 minutos não foi terminada, sendo dele a proposta concluí-la na sua residência, o que ocorreu no dia 11 de junho à noite, com mais 1h e 30min de gravação. As entrevistas foram gravadas em vídeo e som.

Com Koutzii, o pedido de entrevista foi encaminhado pelo próprio pesquisador. Primeiro através de uma ligação e de uma mensagem escrita por telefone na qual as condições gerais da entrevista foram expostas. Uma segunda

mensagem foi enviada no dia 3 de abril. Koutzii retornou agendando a entrevista para sua casa, sendo que esta foi feita em duas etapas. A primeira no dia 11 de abril, numa tarde chuvosa, que teve a duração de quase 2h, interrompida por este ter acusado cansaço. A segunda foi agendada para o dia 25 de abril e durou aproximadamente 2h e 28min. Ambas as entrevistas foram gravadas em imagem e som.

O primeiro passo da descrição inicia com o reconhecimento por parte dos entrevistados de que o período em pauta teve como traço o conflito e o antagonismo de posições. Razões que viabilizam pensar a presente pesquisa na perspectiva de Laclau de houve a formação de cadeias de equivalência. Disse Busatto nos primeiros momentos da entrevista que concedeu: *“estávamos na época da mais aberta e radical polarização política que este Estado já conheceu nos últimos bons anos”*. Adiante, completa: *“o Flávio (Koutzii) era o meu maior antagonista”*. Esse reconhecimento feito pelo entrevistado é suficiente para que se entenda viável analisar o presente objeto.

O marco inicial é encontrar os pontos nodais que articularam o discurso do governo de Britto. Num primeiro plano, a necessidade de reformas no Estado e, para Busatto, isto inicia pela questão do enfrentamento da dívida pública. Disse:

O Estado do Rio Grande do Sul já vinha de trinta anos de déficits sistemáticos. Então, esse tema do déficit público do Estado vem lá dos anos 70. Então, isso não era novidade. A situação do Estado era, portanto, grave e deficitária. E a principal dificuldade que vivia o Estado é que ele tinha acumulado uma dívida pública tão grande, que ela absorvia uma parte substancial dos recursos públicos que eram necessários para poder viabilizar os serviços e orçamentos [...] do Estado. Havia sido renegociada uma parte dessa dívida, a dívida de contratos, mas a dívida mobiliária, que era a dívida que realmente que custava mais, que era negociada diariamente no mercado financeiro a custos astronômicos, ela não tinha sido negociada ainda. E era a maior parte, tipo 80% da dívida. [...] dedicamos praticamente o governo inteiro para renegociar essa dívida e transformar numa dívida de longo prazo. De tal maneira que a gente pudesse reduzir os custos de rolagem. [...] Nós só acabamos fechando esses contratos em 98. Ou seja, praticamente passei meus quatro anos Secretário da Fazenda montando essa negociação, que acabou acontecendo num contexto nacional de negociação de dívidas logo depois do plano cruzado. Então, o primeiro problema era o endividamento. O Segundo é que o déficit que existia ele era maquiado pelos altos índices inflacionários da época. E tu tens uma inflação alta, ela corrige automaticamente as tuas receitas, mas não corrige a tua principal despesa que é pessoal. Então, na medida em que tu não reajustas o pessoal diariamente, mas reajusta receita diariamente, tu tinhas aí uma forma de encobrir o déficit, o tamanho do déficit do Estado. Ou seja, o mecanismo inflacionário era um grande aliado da área pública, só que em [...] 1994 com o Real, efetivamente, tu tiveste uma quebra radical dos índices inflacionários com

a URV, depois com o Real. E, aí, o déficit veio à tona com toda sua violência. Então nós administramos o Estado pela primeira vez depois de décadas num quadro de estabilização inflacionário. E aí nós começamos a nos da conta que não tinha dinheiro para pagar as contas. (BUSATTO).

Segundo Busatto, as reformas no Estado passavam pela necessidade de obtenção de recursos para honrar com as contas e, portanto, por criar condições para governar. Logo, se reconhecido como primeiro ponto nodal o enfrentamento da dívida (mobiliária) que impossibilitava governar, os pontos subsequentes passavam pelas soluções possíveis. O segundo desses pontos passou pela ideia de privatização. Disse Busatto, após manifestar-se sobre a dívida:

*Foi daí que surgiu com mais força, toda essa **estratégia de privatizações**. Por que as privatizações são colocadas na ordem do dia? Primeiro porque nós não tínhamos dinheiro para virar o mês. Segundo, porque nós queríamos trazer novos investimentos e não tínhamos dinheiro para competir com outros estados. (BUSATTO). (Grifo do autor).*

Assim, a privatização respondia a dois problemas articulados no discurso de Britto. O primeiro, de onde obter recursos; o segundo, de qual caminho seguir para promover o desenvolvimento econômico. O entendimento sobre essas questões, no entanto, é de outra ordem segundo Koutzii. Para ele a solução de privatizar estava atrelada a um movimento hegemônico mundial associado à ideia do neoliberalismo e a uma ideia quase consensual de ineficácia do Estado:

*[...] com o período em que se dá o governo Britto [...], a partir de 1994, [...] e nesta circunstância, preliminar a isto, nós estamos vivendo o momento da 'rampa de lançamento' da hegemonia e do domínio neoliberal, com todas as suas políticas. [...] a inauguração [...] explícita, de algumas linhas de **modernização do ponto de vista conceitual do neoliberalismo** que o Collor acaba representando fugazmente, mas, explicitamente, não têm muitas divergências sobre a 'nossos carros são umas carroças', o fim das reservas de mercado, apenas usando expressões que foram tipificantes, naquele período e tal. Não estou ainda discutindo o mérito ou não, estou discutindo questões inaugurais de uma virada que, depois, vai se consolidar, enfim, com os governos nacionais que tivemos de Fernando Henrique.*

[...] Para eu, como preliminar político-ideológica, [...] tivemos que lidar muitos anos com uma das boçalidades intelectuais dessa direita, estou [usando] uma palavra violenta de propósito aqui, que eu fiquei com raiva de repetir – raiva eu já tenho há tempo –, mas a questão, antes de tu dizeres qualquer coisa, que a direita sempre dizia: mas isto aí é ideologia. Uma frase clichê, naquele período, e nos anos subsequentes. Até bem pouco tempo atrás, não faltara alguém no Conversas Cruzadas para dizer isto – programa, aliás, que me ajudou muito a me construir politicamente, fiz vários debates lá – e, exatamente, o que eu acabo de dizer [...], vem um pouco na questão de que, a preliminar daqueles tempos, e,

*portanto, quem agia politicamente para o lado que fosse naquele momento, [...] é que havia uma brutal erupção no cenário político nacional ou local do enfrentamento entre a defesa, bom, que o PT fez e algumas forças progressistas faziam ainda das estruturas do aparelho de estado, e de determinadas concepções, **contra a avassaladora ofensiva do neoliberalismo**. [...] Tinha uma propaganda da doutrina, enfim, do discurso neoliberal, por exemplo, que era [...] clássico. Entrava um elefante num bazar, caíam as louças e quebravam. **O discurso era o discurso da ineficácia do Estado e da agilidade que o mercado podia oferecer**. Portanto, ao mesmo tempo, embutido nisto estava **a inutilidade, a incompetência dos funcionários públicos em suas atividades e a esterilidade dos resultados, e esse elemento alavancava o discurso da lentidão e da incapacidade da burocratização do aparelho estatal**, que acentuava a marca da – naquela época se acentuava enormemente a materialização e o discurso que louvava a globalização e, portanto, era uma sistemática – tentativa de desconstituir as fronteiras nacionais, portanto, sistemas nacionais, de interesse. (KOUTZII). (Grifo do autor).*

Diferente de Busatto, Koutzii não via nas privatizações uma necessidade para criar as condições para que o governo Britto tivesse curso. Tratava-se de um projeto de desconstituição das estruturas que sustentavam os serviços públicos, por força dos seus funcionários e suas atividades precárias, sob uma visão positiva que, à época, detinham as relações de mercado para resolver os déficits estatais frente às demandas da sociedade. Era uma disputa articulada entre setores pela hegemonia de uma visão sobre o que é público e privado:

*[...] eu quero ficar [...] no início dos anos de 1990, porque é ali que me parece, de uma forma esquemática, dizer, por isso eu falo em **hegemonia**, num sentido até meio gramsciano de construção, não só de materialização dessas políticas, mas também o fato de que, exatamente, elas percorriam todos os terrenos. Se nós falássemos de economia nós teríamos, então, como alavanca, explícita, o tema da globalização. Se nós falássemos de cultura, há uma emergência naquele período, tanto – isto é um deboche necessário – de uma literatura de autoajuda que enchem todas as prateleiras das livrarias, que significavam, subjacentemente, a ideia explícita de que o mundo da competição é tão exigente, exigências do mercado, tanto cada um é inimigo do outro em termos de mercado e trabalho, que todas as coisas que permitiam uma formação mais qualificada do ponto de vista profissional, quanto a ideologia correspondente, de que: te cuida, porque ninguém vai te dar passagem com facilidade. Então, por isto eu falei gramsciano, do ponto de vista da **cultura** naquele período; **cultura de profundo individualismo**, e a **desconstituição de noções que, até então, não precisavam ser da linguagem explícita da esquerda, que era a noção de solidariedade**, [...]. Mas, estamos lembrando isso, em oposição a uma noção de solidariedade e de organização que também permitiram que o mundo, mesmo, até mesmo com a social democracia, tivesse se desenvolvido da forma como se desenvolveu, que as estruturas sindicais tivessem se firmado, que o Estado de Bem Estar, para chamar da maneira clássica, conseguisse especialmente na Europa se constituir como uma noção de solidariedade coletiva, não apenas como virtude moral, mas como necessidade de sociedade. [...] Bom, aí eu percebo essas oposições, assim, muito nítidas. Por outro lado,*

pensasse, tão óbvio e conhecido, a questão do estado, da existência do estado, contra o combate sistemático de desconstituição ou reforma profunda do aparelho do estado, [...] Temos então o tema da economia, o tema da cultura e, portanto, um novo redesenho. [...] É possível se dizer, sem cair nos perigos do reducionismo, [...] a década de 1990 é a década da hegemonia neoliberal e, portanto, isto se projeta de uma forma potentíssima, e abstraia isto como se fosse uma exacerbação ideológica ou uma concentração excessiva do interlocutor, que nesse caso sou eu, sobre temas que são importantes, mas que está muito desequilibrado, na sua avaliação, [...] Eu acho que não, porque não é o que eu queria, é o que eu lutei contra, mas se não reconhecer que isto existia, e que isso fez o seu caminho, bom, então não está enxergando nada. E esta embocadura da qual o governo, e eu estou esquecendo o tema das privatizações, [...] que faz parte dessa questão do ataque ao aparelho do estado. Então eu entendo que essa era a moldura na qual, eu entendo de forma excepcional, se materializou [...]. (KOUTZII). (Grifo do autor).

A fala de Koutzii, no modo como expos, torna-se esclarecedora das cadeias de equivalência que se formaram como antagonismo à hegemonia do discurso de Britto: a identidade na solidariedade, contra o individualismo; a resistência à desconstituição do Estado; e contraponto às privatizações. Koutzii retoma o tema das privatizações e nela subjazem críticas ao projeto de Britto:

[...] o tema das privatizações arrecadou [...] [na] ordem de R\$ 4 bilhões. [...] Significava, naquela época, o valor de uma prestação anual [da dívida]. Portanto, isso encadeava e fechava muito bem a ideia que [...] reconhecia certa responsabilidade nos debates. Não é ficar gritando. [...]. Então, neste tema, ele cimentava o discurso neoliberal, porque ele, inclusive o Britto formava, verbalizava, nós vamos construir uma nova base industrial nesse Estado. Então, [dizia Britto] nós vendemos esse patrimônio que já não funciona [...]. Esse era o projeto e verbalizava. Então, não era nem uma interpretação. Quando ia para o debate político ideológico, se identificavam as consequências desse fator, o que ficaria pelo caminho, tais recursos para a saúde, educação, desconstituição das funções públicas. Mas como é que era que a coisa funcionava. A venda do patrimônio era uma coisa assim, eu vou alienar um patrimônio estatal, arrecadar, passa-lo, produzir uma liquidez, e com ele eu vou ter recursos para desenvolver, o que farei, que fez a seguir, e com isto, com muita potência a instalação da GM e, depois, subsequentemente, da Ford, porque elas teoricamente dariam a base para um salto, uma base econômica e, aí, bom as questões tinham várias derivações no calor das polêmicas, [...]. (KOUTZII).

Busatto não só confirma as percepções de Koutzii sobre o projeto de desenvolvimento de Britto, como traz detalhes da sua concepção. Relata:

Eu tinha sido convidado para ser Secretário da Fazenda e o Ricardo Russowski tinha sido convidado para ser presidente do Bannisul e o Nelson Proença, para ser o Secretário do Desenvolvimento. E, de certa maneira, o Britto estava

montando um tripé importante da área, vamos dizer, estratégica do governo porque ele estava constituindo um governo voltado para recompor a base produtiva do Rio Grande trazendo novos investimentos de grande porte, sobretudo nessa área dos bens de consumo duráveis, particularmente do setor automobilístico e todos os seus derivados, área de pneus, área de autopeças, área de plásticos e área de eletroeletrônicos. E umas das primeiras recomendações que ele nos deu foi procurar o Luiz Carlos Mendonça de Barros, que era dono de uma distribuidora de valores em São Paulo. Ele é um homem muito rico, ganhou muito dinheiro no mercado financeiro, etc., mas é um cara muito inteligente, é professor da Unicamp, tem toda uma história acadêmica importante também. E ele disse: Olha tchê, eu conhecendo o Rio Grande, vendo os desafios que tem o Rio Grande, eu recomendaria vocês trocar patrimônio público, por fortalecimento da economia privada do Rio Grande. Ou seja, a venda das estatais, que estavam já na discussão para serem vendidas, que era o caso da CRT, sobretudo, da CEEE, elas tinham que ser pensadas como parte da recomposição financeira do Estado para poder viabilizar a vinda de investimentos privados de grande porte, de tal maneira a fortalecer a economia privada do Rio Grande. Ele dizia: Olha, se desfaçam desse patrimônio, porque ele tem muito pouco valor já, [...] ele é deficitário, ele não consegue acompanhar o desenvolvimento tecnológico, se referia muito à CRT, e usem esse dinheiro para melhorar a infraestrutura do Estado e atrair investimentos privados. E finalmente foi isso que a gente fez. (BUSATTO).

Ora, a manifestação de Busatto nada mais foi do que uma afirmação da construção de sentido em pontos nodais de duas identidades articuladas e, portanto, transformadas em momentos discursivos: desfazer-se de patrimônio público para incentivar a economia privada. Outro ponto, relacionados aos anteriores, dava conta de um projeto de poder liderado por Britto através do seu governo:

*Então a forma de nós podermos resolver as duas coisas, um problema de caixa e uma visão de desenvolvimento, que nos dizia que **nós tínhamos que colocar o Rio Grande do Sul novamente no patamar de um estado industrial de ponta**, [...] para isto nós tínhamos que ter capacidade de atrair investimentos, sendo um estado periférico, longe dos grandes mercados consumidores do Rio, São Paulo, Minas, etc., era nós termos 'bala na agulha' para poder disputar esses investimentos. Nós disputamos esses investimentos com recursos em caixa. Eu [...] me lembro [...] que para nós podermos trazer a General Motors, nós tivemos que antecipar boa parte dos investimentos em infraestrutura que nós fizemos, nós tivemos também que dar um 'cheque na frente' para poder viabilizar [...] (BUSATTO). (Grifo do autor).*

Esse “cheque na frente” ao qual Busatto fez referência foi no valor de R\$ 256 milhões para o empreendimento da GM. Manifesta a articulação existente entre reforma do Estado, privatização e incentivos a outro ponto nodal: projeto de poder. Diz:

Para poder viabilizar uma parte dos investimentos, [...] essa foi a única maneira que nós tivemos de poder ganhar essa disputa com Paraná, Santa Catarina,

com São Paulo, com outros estados que estavam também querendo levar esse investimento. Então, a outra questão central foi como administrar um Estado sem inflação, um Estado deficitário, sem inflação. E daí surgiu todo programa de privatizações que marcou o governo Britto. Ao mesmo tempo, essa política agressiva de atração do investimento. Que nós tínhamos a visão de que para o Rio Grande do Sul virar novamente um Estado de ponta no Brasil ele tinha que implantar uma parte pelo menos da indústria de bens de consumo duráveis. Ou seja, automóveis, eletrodomésticos, que tinha sido toda ela concentrada em São Paulo, alguma coisa no Rio e alguma coisa em Minas com a FIAT, na época nós disputamos a FIAT e perdemos. Tanto que para nós podermos ter um lugar na Federação destacado, nós tínhamos que ter também uma base da indústria de ponta aqui. E foi assim que a gente se atirou com todas as forças para trazer a indústria automobilística para cá. Nós já tínhamos uma indústria de autopeças importante. Então, produzindo aqui automóveis, nós fechávamos essa cadeia produtiva, preservávamos aqui os impostos, fortaleceríamos a nossa base não só produtiva como tributária e começaríamos a ter um pouquinho mais de peso na discussão sobre o futuro do país. Por quê? Porque nesses meandros, nós, evidentemente, **estávamos com o sonho de fazer o Britto candidato a Presidente da República**. Nós tínhamos a ideia de elegê-lo. **E se nós reelegêssemos o Britto, nós achávamos que estávamos em condições [...]** com razão da GM, da Ford, da Siemens, da General Electric, da Pirelli, da Goodyear, **nós estávamos trazendo um bloco industrial pesado que nos permitia a nós nos colocar com força no patamar da disputa dos grandes rumos do país. E o Britto era o nosso ícone a esse projeto.** (BUSATTO). (Grifo do autor).

Porém, essa concessão em espécie de recursos para iniciativa privada, se por um lado foi o ponto que fechava o sentido do discurso, por outro foi o que deu robustez e articulou definitivamente a cadeia de equivalências que surgia reagindo às políticas de Britto. Especificamente sobre isso, diz Koutzii:

*[...] o debate com a GM tem coisas muito favoráveis por isto, porque não tinha um professor nesse Estado que não soubesse que tinha um cheque dado antecipadamente, antes que o primeiro tijolo tivesse sido posto, no valor, eu acho que eram US\$ 153. Então, disputa no espaço um pouco mais popular, [...] foi [...] de grande potência [...].
Então, a Dona Maria entendia [...] Essa batalha, então, foi possível. (KOUTZII).*

Nesse ponto, há o reconhecimento de que o discurso de Britto deixa de ser hegemônico, sendo substituído por uma nova articulação política que ganha o governo em 1998:

Claro que ele se quebrou no momento em que o Britto perde as eleições [...]. E, aí, o PT ganha as eleições e, enfim, desmonta nosso projeto, descaracterizando ele, 'diabolizando' esse projeto, tornando ele um projeto identificado com tudo que poderia haver de pior na sociedade. (BUSATTO).

Reflexão e conclusão

O presente trabalho é uma proposta incipiente de metodologia aplicada à epistemologia de teoria de discurso de Laclau. Incipiente, porque é um exercício inicial e que não tem a pretensão de ser imune a críticas. Pelo contrário.

Com um protocolo qualitativo, seguiu uma linha de abordagem que partia do entendimento do contexto, desde a agenda pública que cercava as políticas do governo de Britto (1995-1998). Utilizando como fonte secundária as veiculações no jornal Correio do Povo nos quatro anos sobre políticas de privatizações e de incentivos a indústrias (principalmente as automotivas), foi possível perceber que o ambiente sociopolítico à época teve como traço o conflito, o antagonismo. Essa condição na análise permitiu descrever que uma agenda inicial mais favorável ao discurso de Britto, hegemônico, foi, ao longo do seu mandato, articulando resistências. Mesmo políticas que em tese deveriam ter conteúdos positivos, como as de incentivo às indústrias, foram perdendo o apoio ao longo do seu mandato e polarizando posições.

Se a análise do contexto reforçou a ideia de antagonismo, as entrevistas com agentes políticos dessas políticas, ou antagônicas a elas, autorizou entender quais identidades foram articuladas a favor ou na negação. Busatto e Koutzii esclareceram em longas entrevistas suas posições e o discurso que um defendia e o outro combatia.

O discurso do governo Britto assentava-se na articulação de demandas assentadas em pontos nodais de defesa da reforma do Estado, da necessidade de privatização, do crescimento econômico com incentivos públicos a empreendimentos privados e de ganhos para um projeto de poder personificado na figura do governador. Tinha um sentido lógico: desfazer-se de bens públicos pouco eficazes e incrementar, via transferência de incentivos, o capital privado e a economia.

Koutzii acusava o discurso de Britto de ser reducionista das potencialidades do Estado. Trazia críticas nas quais a articulação dos antagonismos tinha curso na defesa do Estado, das suas potencialidades e do custo que teria para o não atendimento das suas funções. Ia mais longe, denunciando que a transferência de patrimônio público para privados era feita sem contraprestações. Desse modo, formou cadeias de equivalências suficientes para causar danos aos objetivos de Britto e para interromper o projeto de poder que liderava.

A história e o antagonismo não se encerraram com a eleição de Dutra (PT) em 1998. Pelo contrário, seguiu articulando posições de apoio de negação entre os que apoiaram o discurso de Britto e aqueles que o derrotaram na ocasião. Esse, porém, é objeto de outro estudo.

Referências Bibliográficas

Filomena, César Luciano. **Agente político, articulação e políticas públicas: o antagonismo posicional na política do Rio Grande do Sul (1995-2002)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2015.

FILOMENA, César L. **O agonismo nas relações sociais do partido, dos espaços públicos da sociedade civil e do sistema administrativo estatal: a experiência da Administração Popular em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2006.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACLAU, Ernesto. Desconstrucción, pragmatismo, hegemonía. In: LACLAU, Ernesto; DERRIDA, Jacques; CRITCHLEY, Simon; compilado por Chantal Mouffe. **Desconstrucción y pragmatismo**. 1.ed. 2. reimpressão. Buenos Aires: Paidós, 2005.

LACLAU, Ernesto. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da Teoria do Discurso. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 135 – 145, jun. 2003.

MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.

PINTO, Céli J. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, 68 – 99, jun.-dez. 1999.

Resumo

Epistemologicamente a teoria de Laclau traz bases compreensivas que ajudam a explicar os fenômenos sociais hodiernos. Articulação e antagonismo são ideias distintivas da sua teoria sobre o discurso. Permitem compreender, a partir dos pontos de fixação de sentido, como a prática da articulação pode explicar os discursos notabilizados em cada época e, porque não dizer, sob que bases esses se desenvolveram (ou foram negados) e, portanto, ganharam o campo da discursividade. No entanto, metodologicamente o uso do discurso como objeto de análise não é simples para as ciências sociais. Nesse trabalho, o objetivo é o de propor e de elaborar uma análise tendo como base as práticas articulatórias do discurso administrativo-econômico fundante das políticas de reformas que tiveram curso no governo de Britto (1995-1998) no Rio Grande do Sul. A partir da identificação de pontos nodais construídos pela articulação de elementos, transformados em momentos, que deram sentido ao discurso das políticas públicas de reforma do Estado (desestatização e privatização), são apontadas as posições defendidas pelos agentes de governo e as de negação destas pela oposição. Faz-se nesse trabalho um esforço analítico acerca das construções de sentido para o discurso do governo de Britto e para seu antagonismo. Utiliza-se para isto as posições apresentadas em um conjunto de entrevistas concedidas entre os meses de abril e junho de 2014 sobre o tema abordado por dois agentes políticos protagonistas da política à época: Cezar Busatto (Secretário da Fazenda) e Flávio Koutzii (Deputado Estadual de oposição do PT). Resultado das entrevistas, as explicações trazidas para os agentes para as práticas articulatórias e para o sentido das políticas demonstram que as linhas adotadas pelo governo de Britto foram combatidas não como contradições, mas como formações de identidade de negação destas pela oposição: como antagonismo.

Palavras-chave: Reforma do Estado, discurso, articulação, antagonismo e Rio Grande do Sul.